



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2020.0001047080**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000875-45.2017.8.26.0296, da Comarca de Jaguariúna, em que é apelante WILLIAN SANTANA DE LIMA, são apelados MARIA DA MATERNIDADE SILVA e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, com determinação. V. U.**, de conformidade com o voto da relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente), FABIO TABOSA E CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN.

São Paulo, 18 de dezembro de 2020.

**SILVIA ROCHA**  
**Relatora**  
Assinatura Eletrônica

29ª Câmara de Direito Privado  
Apelação nº 1000875-45.2017.8.26.0296  
1ª Vara de Jaguariúna (processo nº 1000875-45.2017.8.26.0296)  
Apelante: William Santana Lima  
Apeladas: Maria da Maternidade Silva e outra  
Juiz de 1º Grau: Marcelo Forli Fortuna  
Voto nº 31289.

- Acidente de trânsito - Ação indenizatória - Não corre prescrição, conforme o artigo 200 do Código Civil, sempre que o fato que deu origem ao dano deva ser apurado na esfera criminal e tenha havido instauração de ação penal ou, ao menos, abertura de inquérito policial, pouco importando o seu resultado - Afastamento da prescrição - Sentença anulada - Processo ainda não maduro para julgamento - Recurso provido, com determinação de retorno dos autos ao 1º Grau.

Insurge-se o autor, em ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito, contra sentença que reconheceu a prescrição e extinguiu o processo, com base no artigo 487, II, do Código de Processo Civil, condenando-o ao pagamento das custas, despesas processuais e de honorários de sucumbência de 10% do valor da causa.

Em face do reconhecimento da prescrição na lide principal, a sentença extinguiu a lide secundária, formada entre a ré e a denunciada Porto Seguro, por falta de interesse superveniente, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. A ré foi condenada ao pagamento de honorários aos advogados da denunciada, de 10% do valor do pedido de indenização material (fls. 263/264).

O autor alega que: a) a prescrição trienal não se operou, porque os fatos discutidos neste feito foram objeto de processo criminal (processo nº 0006150-94.2014.8.26.0296), em cuja audiência preliminar, ocorrida no dia 04.11.2015, foi celebrado acordo; b) o prazo prescricional só começou a fluir após a homologação do mencionado acordo; c) se aplica ao caso o disposto no artigo 200 do Código Civil; d) a regra do artigo 200 se justifica, porque a sentença criminal pode repercutir na seara cível, tendo em vista tratar-se do mesmo fato e da mesma autoria; e e) há precedente neste sentido, do próprio Tribunal de Justiça de

São Paulo. Pede, assim, a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juízo de 1º Grau, para instrução e novo julgamento (fls. 288/298).

Recurso tempestivo. Sem preparo, porque o apelante é beneficiário da justiça gratuita.

Não houve resposta.

É o relatório.

Trata-se de ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 24.03.2014, na altura do quilômetro 28 da Rodovia SP 107, envolvendo motocicleta do autor e veículo conduzido pela ré (fls. 24/27).

O autor pediu indenização por danos materiais, morais e estéticos (fls. 17/18), a ré contestou (fls. 194/198) e, no mesmo ato, denunciou da lide a sua seguradora, que também contestou a ação (fls. 236/240).

Em seguida, sobreveio a sentença.

O artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, dispõe que a pretensão de reparação civil prescreve em três anos, e o artigo 200, do mesmo Código, diz que “quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição não correrá antes da respectiva sentença definitiva”.

Vinha decidindo, em linha com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que a regra do artigo 200 do Código Civil só é aplicável quando a apuração de crime é prejudicial à veiculação de pedido na esfera cível, como ocorre, por exemplo, quando há fundada dúvida quanto à autoria ou a materialidade do ato, sempre destacando que as esferas cível e criminal são, a rigor, autônomas (artigo 935, do Código Civil), e que ilícito civil, para ser reparado, não precisa, também, configurar ilícito penal.

Nesse sentido:

- AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -  
AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a suspensão do prazo prescricional, nos moldes do art. 200 do CC/02, não se aplica às hipóteses em que não há relação de prejudicialidade entre a pretensão cível e o fato apurado na esfera penal. Incidência da Súmula 83 do STJ.

1.1. Para derruir as conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que não há relação de prejudicialidade entre as demandas cível e criminal, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na estreita via do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. Precedentes 2. Agravo interno desprovido.

(STJ, 4ª Turma, AgInt no AREsp 1505695/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, j.16/12/2019, DJe 19/12/2019)

- AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRESCRIÇÃO. ART. 200 DO CC/2002. APURAÇÃO CRIMINAL. COMPROVAÇÃO. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial no sentido de que a aplicação do disposto no art. 200 do Código Civil de 2002 pode ser afastada quando, nas instâncias ordinárias, estiver consignada a inexistência de relação de prejudicialidade entre as esferas cível e criminal ou quando não houver a instauração de inquérito policial ou de ação penal.

3. Na hipótese, rever as conclusões do acórdão recorrido no sentido de estar comprovado que o caso ensejou apuração criminal demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor do disposto na Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(STJ, 3ª Turma, AgInt no AREsp 1607936/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, j. 28/09/2020, DJe 01/10/2020)

Assim, não se cogitava de suspensão do prazo prescricional, quando a apuração criminal não se afigurava como antecedente lógico à dedução de pedido indenizatório na esfera civil, menos ainda em casos como o dos autos, em que nem sequer houve oferecimento de denúncia contra o

réu, na esfera criminal, que aceitou, sem ressalvas, proposta conciliatória feita pelo Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.099/95 (fls. 146/147).

Tem prevalecido, contudo, recentemente, no Superior Tribunal de Justiça, concepção segundo a qual a suspensão da prescrição prevista no artigo 200 do Código Civil incide sempre que o fato que deu origem ao dano deva ser apurado na esfera criminal e tenha havido instauração de ação penal ou, ao menos, abertura de inquérito policial, pouco importando o seu resultado.

Nessa linha são os seguintes exemplos:

- AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. PRAZO PRESCRICIONAL. TÍTULOS EXECUTIVOS. APREENSÃO POLICIAL.

1. O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

2. A suspensão do início do prazo prescricional preceituada no art. 200 do CC ocorre quando há relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal, isto é, quando a ação civil reparatória tem origem em fato que deve ser apurado no juízo criminal. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ, 4ª Turma, AgInt no AREsp 1039519/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 18/02/2020, DJe 26/02/2020)

- DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. SUSPENSÃO PREVISTA NO ART. 200 DO CC/02. APLICABILIDADE. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO.

1. Ação de compensação de danos morais, em virtude de injúrias e

ofensas supostamente proferidas em fóruns para discussão de ideias e opiniões entre grupos da comunidade advocatícia, na rede mundial de computadores.

2. Ação ajuizada em 20/06/2013. Recurso especial concluso ao Gabinete em 21/06/2018. Julgamento: CPC/2015.

3. O propósito recursal é definir i) se, na presente hipótese, houve a suspensão do lapso prescricional para o ajuizamento da ação, nos termos do art. 200 do CC/02; e ii) o termo inicial dos juros de mora relativo à compensação dos danos morais, acaso não reconhecida a ocorrência da prescrição.

4. Dispõe o art. 200 do CC/02 que quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

5. A aplicação do mencionado dispositivo legal tem campo, justamente, quando existe uma relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal.

6. Na espécie, houve a instauração de inquérito policial, que versou sobre os mesmos fatos que originaram a ação de compensação de danos morais. Via de consequência, deve-se suspender o lapso prescricional até o arquivamento do inquérito policial.

7. Em hipóteses de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios incidem desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Precedentes.

8. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários.

(STJ, 3ª Turma, REsp 1747913/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, j. 04/08/2020, DJe 07/08/2020)

- AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA VÍTIMA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. RESPONSABILIDADE. VALOR DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. TERMO INICIAL

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. NÃO PROVIMENTO.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. A existência de inquérito criminal, no qual se apura a responsabilidade do motorista da empresa ré pelo acidente, faz incidir a causa impeditiva da prescrição prevista no art. 200 do Código Civil. Precedentes.

3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

4. Segundo o entendimento da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito, os juros moratórios legais fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

5. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ, 4ª Turma, AgInt no AREsp 1487159/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, j. 24/08/2020, DJe 27/08/2020)

- RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PENAL. ART. 200 DO CC/2002. INCIDÊNCIA. PRAZOS PRESCRICIONAIS DO CC/2002. ART. 2.028 DO CC/2002. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. INEXISTÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o art. 200 do CC/2002 somente é afastado quando, nas instâncias ordinárias, ficou consignada a inexistência de relação de prejudicialidade entre as searas cível e criminal ou quando não houve a instauração de inquérito policial ou de ação penal.

2. Em se tratando de responsabilidade civil *ex delicto*, o exercício do direito subjetivo da vítima à reparação dos danos sofridos somente se torna plenamente viável quando não pairam dúvidas acerca do contexto em que foi praticado o ato ilícito, sobretudo no que diz respeito à definição cabal da autoria, que é objeto de apuração concomitante no âmbito criminal.

3. Desde que haja a efetiva instauração do inquérito penal ou da ação penal, o lesado pode optar por ajuizar a ação reparatoria cível antecipadamente, ante o princípio da independência das instâncias (art. 935 do CC/2002), ou por aguardar a resolução da questão no âmbito criminal, hipótese em que o início do prazo prescricional é postergado, nos termos do art. 200 do CC/2002.

4. A incidência do prazo prescricional previsto no CC/2002, por força da interpretação sistemática do seu art. 2.028, significa a aplicação do regime do diploma corrente, o que inclui a quantificação numérica do lapso prescricional em dias, meses ou anos, bem como sua forma de contagem, seu termo inicial ou suas causas suspensivas e interruptivas.

5. Inexiste violação de ato jurídico perfeito ou do princípio "tempus regit actum" em decorrência da aplicação da lei nova, haja vista que a incidência do art. 200 do CC/2002 posterga o próprio início do prazo prescricional e, antes que este tenha decorrido por inteiro, o prescribente possui mera expectativa de direito à prescrição, não direito adquirido.

6. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do Código de Processo Civil de 1973 e do Regimento Interno desta Corte, exige comprovação e demonstração da similitude fática entre os casos apontados, o que não ocorreu na hipótese.

7. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da existência



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de relação de prejudicialidade concreta entre o inquérito penal arquivado na origem e o exercício da pretensão reparatoria do autor demandaria o exame de matéria fático-probatória que sequer consta dos autos, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

8. Recurso especial não provido.

(STJ, 3ª Turma, REsp 1631870/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, j. 10/10/2017, DJe 24/10/2017)

- PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRESSÃO A SERVIDOR PÚBLICO. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO ENQUANTO PENDENTE AÇÃO PENAL, RELATIVA AOS MESMOS FATOS. ART. 200 DO CC/2002. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, a suspensão da prescrição prevista no art. 200 do CC/2002 tem incidência quando o fato que deu origem ao dano deva ser apurado, também, no juízo criminal - tendo havido o aforamento de Ação Penal ou, pelo menos, abertura de inquérito policial. Julgados: AgInt no REsp 1.831.298/CE, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 19.12.2019; AgInt no REsp 1.548.593/ES, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 16.10.2019; AgInt no AREsp 1.104.684/PI, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 14.11.2017.

3. No presente caso, conforme constatado pela Corte de origem, o fato danoso (agressão a servidor público) foi também objeto de

apuração na esfera penal, com o ajuizamento de Ação Penal no ano de 2009 e trânsito em julgado da sentença em 2011 (fls. 660). Deste modo, não pode ser considerada prescrita a pretensão indenizatória veiculada no juízo cível em 2013.

4. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento.

(STJ, 1ª Turma, AgInt no REsp 1668968/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, j. 13/10/2020, DJe 16/10/2020)

Sendo assim, acolho o novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

Isso posto, é certo que o acidente ocorreu em 24.03.2014, mas o prazo prescricional, de três anos, só começou a fluir com a conclusão do procedimento criminal, em 04.11.2015 (fls. 146/147).

O prazo não se esgotou até a propositura da ação, em 25.03.2017 (fl. 1), e, portanto, a prescrição não se consumou, o que implica a anulação da sentença e o retorno dos autos ao Juízo de 1º Grau, onde o MM. Juiz deverá deliberar sobre o prosseguimento do feito e a produção das provas requeridas pelas partes (fls. 256/260), já que não se havia iniciado a instrução.

Dou, pois, provimento ao apelo, para anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao Juízo de 1º Grau, a fim de que, lá, o processo retome seu curso, regularmente.

SILVIA ROCHA  
Relatora